

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Roger Leal de Oliveira

**A QUEERIZAÇÃO DO CURRÍCULO COMO POSSIBILIDADE PARA A PRÁTICA
PEDAGÓGICA**

Porto Alegre
2º semestre
2024

Roger Leal de Oliveira

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**A QUEERIZAÇÃO DO CURRÍCULO COMO POSSIBILIDADE PARA A PRÁTICA
PEDAGÓGICA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Juliana Ribeiro de Vargas

Porto Alegre
2º semestre
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

**A QUEERIZAÇÃO DO CURRÍCULO COMO POSSIBILIDADE PARA A PRÁXIS
PEDAGÓGICA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Juliana Ribeiro de Vargas

Porto Alegre, janeiro, 2025

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Aline Lemos da Cunha Della Libera - FACED/UFRGS

Ma. Freda Corrêa Corteze - PPGEDU - UFRGS

CIP - Catalogação na Publicação

de Oliveira, Roger Leal
A QUEERIZAÇÃO DO CURRÍCULO COMO
POSSIBILIDADE PARA A PRÁXIS PEDAGÓGICA / Roger
Leal de Oliveira. -- 2024. 48 f.
Orientadora: Juliana Ribeiro de Vargas.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Educação, Licenciatura em Pedagogia, Porto Alegre,
BR-RS, 2024.

1. Queerização. 2. Infâncias. 3. Currículo. 4. Gênero. 5.
Sexualidade. I. de Vargas, Juliana Ribeiro, orient. II.
Título.

**Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da
UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma me apoiaram durante o trajeto do curso, das conversas em frente a FACED nos intervalos, de manhã ou à noite. Nas discussões na fila do RU, nas aulas, nos corredores. Agradeço a cada pessoa onde houve trocas, nos espaços escolares e não-escolares. Agradeço, como um abraço bem apertado, meus filhos Pedro e Gabo, motivos maiores de tudo isso. Agradeço aos professoras/es do ensino fundamental, na E.E.E.F Eva Carminatti, em especial ao professor Brito, por ter me apoiado na 2ª série e aos nossos encontros, já adultos, nas ocupações da UFRGS em 2016, nos blocos de carnaval e tantos outros lugares, sempre com muito carinho. Agradeço profundamente à minha orientadora Dra. Juliana Ribeiro por acreditar e apoiar o surgimento deste trabalho. Com saudade agradeço aos colegas e amigos da infância que infelizmente não estão mais neste plano, mas que carrego comigo no meu fazer pedagógico, para que não percamos mais crianças para o tráfico. Agradeço a Paulo Freire, e a sorte em ter acesso a Pedagogia do Oprimido aos 15 anos e não desgrudar desse livro nunca mais, de reconhecer meus processos e busca por emancipação. Por fim, agradeço a Educação, por mais dialética que ela possa ser, ainda assim, acredito na potência desse lugar, desse território, e das batalhas que ali se anunciam, buscando juntos: professoras/es; estudantes; currículo; escola, a transformação social dos sujeitos por uma sociedade mais justa para todos.

RESUMO

A problemática discutida neste trabalho aborda as questões da teoria de currículo e teoria queer, buscando as intersecções que podem levar a uma práxis pedagógica visando o pleno desenvolvimento das infâncias escolares, com foco nas infâncias que são pensadas no currículo como “outras”, as infâncias queer, infâncias racializadas, infâncias das crianças com deficiência; mostrando a relevância da chamada queerização do currículo como abordagem, a fim de que todas as infâncias estejam presentes na escola e com seus direitos preservados e o principal: direito à viver suas infâncias de forma plena. Minha aposta é que para chegar a esse ponto precisamos pensar na formação das professoras/es, assim, busco fazer um estudo qualitativo de caráter exploratório com a análise documental sobre materiais apresentados na disciplina EDU03108 - Gênero E Sexualidade Na Educação na Faculdade de Educação da UFRGS, que revelam a importância da tema para à Educação e a formação de professoras/es.

Palavras-chave: Currículo; Infâncias; Queerização; Gênero; Sexualidade.

ABSTRACT

This work discusses curriculum theory and queer theory, exploring intersections that promote a pedagogical praxis for the full development of school children, with an emphasis on queer, racialized, and disabled children. It advocates for the queering of the curriculum to ensure that all children are present in school and that their rights are preserved, especially the right to fully experience their childhood. The qualitative and exploratory research is based on document analysis of materials from the course EDU03108 - Gender and Sexuality in Education at the Faculty of Education of UFRGS, highlighting the importance of the topic for education and teacher training. My aim is to show that thinking about teacher education is essential to achieving this goal. Therefore, this study seeks to emphasize the significance of these themes for fostering an inclusive and comprehensive educational environment where all children, regardless of their differences, can thrive and be fully acknowledged within the school curriculum and community.

Keywords: Curriculum; Childhoods; Queering; Gender; Sexuality.

LISTA DE GRÁFICOS

1	Gráfico I - Temas dos Portfólios no Semestre 2023/1.....	34
2	Gráfico II - Temas dos Portfólios no Semestre 2023/2.....	35
3	Gráfico III - Temas dos Portfólios no Semestre 2024/1.....	35
4	Gráfico IV - Temas dos Portfólios Entre os Semestres 2023/1 e 2024/1.....	36

LISTA DE QUADROS

1	Quadro I - Produções dos portfólios em 2023/1.....	37
2	Quadro II - Produções dos portfólios em 2023/2.....	38
3	Quadro III - Produções dos portfólios em 2024/1.....	39
4	Quadro IV - Recorte Temático e Descrição.....	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	OBJETIVOS	10
2.1	Objetivo Geral	10
2.2	Objetivos Específico	11
3	JUSTIFICATIVA	12
4	REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
5	METODOLOGIA	13
6	INFÂNCIAS ESCOLARES.....	15
7	CURRÍCULOS E PRÁXIS PEDAGÓGICA.....	20
8	ANÁLISE DOS DADOS.....	26
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
	REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

Existe uma escassa produção de estudos sobre currículo queer e formas outras de currículos que coloquem em evidência as diferentes infâncias tanto na ótica queer (que evidencia infâncias em dissidência de gênero) quanto os “outros” no currículo, com sujeitos que são atravessados pelos marcadores de gênero, raça e classe.

Pensando na escola como instituição plural e de sujeitos integrais, é o currículo que norteia os planejamentos e a práxis pedagógica. A Base Nacional Comum Curricular (2018) se orienta “pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (p. 7) e assegura em suas diretrizes a valorização da “diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.”

Contudo, na prática, quais ações as professoras/es podem ter para acolher a diversidade de saberes e diversidade das infâncias encontradas nas escolas? Busco encontrar na formação de professoras/es o acolhimento dessas infâncias enquanto estudo e possibilidade de uma práxis que leve em consideração todas as infâncias que experienciam a escolaridade.

Pode parecer, por vezes, que o tema seria uma espécie de modismo, algo novo, que começou a ser tratado nos dias atuais, contudo, não é de hoje que a teoria queer, que tem como precursora Judith Butler (1990), vem sendo tensionada com estudos sobre educação no Brasil, vide os trabalhos de Guacira Lopes Louro nos anos 1990, e sua grande contribuição nos estudos pós-críticos, tampouco os estudos de teoria de currículo se abstém dessa discussão, como veremos os tensionamentos de uma “pedagogia queer”, já existente na obra de Tomaz Tadeu da Silva.

Acreditando que a teoria queer nos possibilita romper com estruturas por ser traduzida em seu caráter com “estranheza”, “bizarrice”, fora das normas e tantos outros adjetivos que, dentro de um contexto rígido de currículo, nos ajuda a pensar na sua fragilização, não ao ponto da sua destruição, mas sim na direção do seu craquelar, para, desta forma, observarmos na fresta estas infâncias que correm na periferia da curricularização. Busco, a partir de uma análise documental, a intersecção entre queer e escola, entre os currículos e as infâncias escolares, encontrando no conceito de *queerização da teoria de currículo*, Thiago Ranniery (2022), possibilidades de criar uma práxis nas professoras/es, passando, intrinsecamente, por sua formação dentro da universidade enquanto futuras professoras/es.

Para tanto, busco analisar no repositório da disciplina de Gênero e Sexualidade na Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, materiais criados por estudantes do curso de Pedagogia, a fim de perceber os principais temas que esses estudantes trazem para seus portfólios (principal trabalho da disciplina), que evidenciem a importância do estudo das infâncias queer na formação dos mesmos.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os trabalhos da disciplina de Gênero e Sexualidade na Educação, do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, evidenciando a importância da discussão dos temas abordados na disciplina para a formação das professoras/es.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- a) discutir a importância da formação das professoras/es em busca de uma práxis pedagógica inclusiva para todas as infâncias.
- b) demonstrar a relevância dos estudos de gênero e sexualidade na educação das professoras/es.

3 JUSTIFICATIVA

A abordagem que os agentes escolares têm escolhido para tratar temas extremamente latentes nos dias atuais, talvez não seja tão eficaz, basta observarmos que a escola hoje continua sendo atravessada pelo signo da violência em diferentes facetas: violência de gênero, racismo, machismo entre outras formas de violências reais ou simbólicas que fazem da escola, para muitos sujeitos, um espaço inseguro. No entanto, a escola como instituição formadora, tem total capacidade de transformar a realidade desses sujeitos. Quando buscamos pensar o currículo escolar e analisar as práticas das professoras/es é visando encontrar caminhos, brechas as quais possamos entrar para tornar a escola inclusiva a todas as infâncias lá presentes, daí a relevância de estudos que se projetam na direção da potência da teoria queer enlaçada com o currículo, pois é uma busca de um projeto de escola democrático que considere as infâncias plurais no seu conteúdo, apostando na formação e na prática docente como forma de combater as violências que muitas crianças passam diariamente na realidade das escolas brasileiras.

4 REFERENCIAL TEÓRICO E ESTADO DA QUESTÃO

A criança é o sujeito das infâncias. Essa criança na verdade torna-se um sujeito da sua infância a partir dos marcadores que lhe são atribuídos como raça, classe e gênero. Algumas dessas crianças sequer chegarão a viver uma infância de fato, ou, viverão na sua falta e incompletude. O espaço institucionalizado onde essas crianças viverão (com sorte) boa parte de suas vidas é a escola, a qual, é atravessada pelo fio condutor do currículo, moldado através de anos até a chegada da escola moderna, por sujeitos que pensam e produzem a escola e infâncias,

porém, uma criança universal e uma escola padronizada e estereotipada para produzir sujeitos específicos. Ranniery (2022) nos lembra que “tem-se aceitado o valor da normatividade enquanto repressão promovida pelos currículos.” (p. 30).

Penso que as professoras/es devem promover as possibilidades de existir dentro da escola (e fora dela). Para Ranniery (2022) a questão queer está “além do reconhecimento da diferença”(p. 27). Pois somente isso não basta para mudanças concretas. A partir do conceito de currículo criado para manter uma certa “normatividade” o que sobra para o “outro”? Pensando na escola básica, de qual forma as crianças ditas como outras (racializadas, queer, crianças com deficiência entre outras tantos sujeitos, tantos “outros”) experienciam suas infâncias atravessadas por um currículo que não foi pensado para elas?

João Paulo De Lorena (2018) nos lembra em seu trabalho sobre infâncias queer do papel de resistências que essas infâncias instauram no espaço escolar, “infâncias que, escapando dos poderes que trabalham para paralisar a vida e instituir uma imagem única do que é ser criança em um currículo, resistem e criam outras possibilidades de existência.”(p. 118). São essas outras possibilidades de existência que podem vetorizar o currículo em sua elaboração. Thiago Ranniery em diálogo com esse trabalho pontua: “É porque nos falta um léxico conceitual-imaginativo fora da hermenêutica paranoica que permite articular currículo e diferença sem cair, por sua vez, na armadilha dupla de querer encontrar objetos queer saltando diante das normas e de ceder à expropriação extrativista da diferença que proponho um procedimento de escrita da teoria como queerização do pensamento curricular.” (RANNIERY, 2018, p. 31).

A partir desse referencial e o cruzamento entre as teorias de currículo pós-críticas trazidas aqui com Sandra Corazza (2001) em “*O Que Quer um Currículo?*”, e Tomáz Tadeu da Silva (2007) que organizou o “*Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo*”, passando pelo “*Alternativas Emancipatórias em Currículo*”, organizado por Inês Barbosa Oliveira (2007), busco explicitar as possibilidades do currículo unindo a teoria queer. Busco com este trabalho propor caminhos alternativos para a práxis pedagógica nas escolas, entendendo que o começo da práxis é justamente na formação de professoras/es.

5 METODOLOGIA

Abordagem: Estudo qualitativo de caráter exploratório com a Análise Documental sobre materiais apresentados na disciplina EDU03108 - Gênero E Sexualidade Na Educação na Faculdade de Educação da UFRGS. São analisados trabalhos de 3 semestres diferentes, totalizando 29 trabalhos. Meu objetivo é encontrar nestes portfólios trabalhos dentro da temática do meu TCC, que tratem da questão de infâncias queer, infâncias em dissidência de gênero, infâncias transviadas, tensionamentos de scripts de gênero na infância entre outras denominações para infâncias desviantes da normatividade imposta.

É importante destacar que o interesse pelo tema surge dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Faculdade de Educação (FACED), na disciplina Gênero e Sexualidade na Educação, onde durante um trabalho da cadeira que, a partir da minha própria experiência como criança que não sentia que a escola era pensada para mim, resolvi tratar desse tema no trabalho, e, aos poucos fui me dando conta ao longo do processo que embora seja um tema tão relevante para a escola como um todo, as infâncias em dissidência, ainda não era abordado de forma significativa dentro da formação de professoras/es, mesmo em uma disciplina onde os próprios alunos podem escolher o tema do trabalho principal, ainda assim não há muitas produções que tragam as infâncias em dissidências como centrais, como abordarei na análise do repositório da cadeira.

Os portfólios consistem em recursos didáticos criados pelos estudantes com os objetivos de:

- Identificar recursos que contribuam para a proposição de uma educação para a sexualidade que contemple aspectos históricos , sociais e culturais em torno do tema, bem como a interseccionalidade gênero, raça e classe;
- Organizar sugestões de atividades que visem a discussão sobre o papel da mídia e dos artefatos culturais na construção das subjetividades e identidades de crianças , jovens e adultos ;
- Refletir sobre questões de gênero e sexualidade na Educação, em diálogo com os referenciais teóricos estudados .

Para a criação do portfólio é necessário que os alunos escolham, analisem e cataloguem materiais que sirvam para a promoção de diálogos com a comunidade sobre os temas abordados na disciplina. Os portfólios devem conter 10 materiais, sendo 2 de cada tipo, são eles:

- Materiais Audiovisuais - (documentários, filmes, podcasts, músicas etc);
- Obras Literárias - (livros, poesias, paradidáticos etc);
- Recursos Visuais - (fotografias, obras de arte etc);
- Materiais Didáticos - (livros didáticos, jogos, brincadeiras, dinâmicas etc);
- Outros Materiais.

6 INFÂNCIAS ESCOLARES

— *Papai, que é que eu faço?*
 — *Eu já lhe disse: vá brincar e me deixe!*
 — *Mas eu já brinquei, juro. Papai riu: — Mas brincar não termina...*
 — *Termina sim.*
 — *Invente outro brinquedo.*
 — *Não quero brincar nem estudar.*
 — *Quer fazer o quê então? Joana meditou:*
 — *Nada do que sei...*
 — *Quer voar?, pergunta papai distraído.*
 — *Não, responde Joana. — Pausa. — Que é que eu faço?*
Papai troveja dessa vez: — Bata com a cabeça na parede!

(Perto do Coração Selvagem, Clarice Lispector. p. 9)

Tratar das infâncias e suas formas de existência dentro do espaço escolar é percorrer um caminho que mostra, primeiro, a invenção do termo infância, passando por sua significação desde “mini ser humano”, até o conceito cândido do termo e chegando nos dias atuais como um sujeito em desenvolvimento. Meu objetivo nesta parte é uma breve passagem histórica em torno do surgimento do sujeito da infância escolar numa breve cronologia de um ponto de partida que enxergo como crucial nos estudos pedagógicos, o inaugural livro de Rousseau, “*Emílio, ou, da Educação*”,

obra originalmente lançada em 1762. Passando por Philippe Ariés e estudos atuais que buscam também nessas referências pontos de partida para pensar a “evolução” do significante infância.

A chegada ao contemporâneo mostrou muitos desafios à educação, um desses desafios é a abordagem de infâncias que não se encaixam na escola por não se sentirem seguras ou representadas pelo currículo e propostas pedagógicas, para as infâncias em dissidência, estar na escola apresenta, além de um grande desafio, uma forma de resistência.

O conceito pelo qual percebemos as infâncias hoje, percorreu uma longa jornada até sua chegada no contemporâneo, onde se constitui como categoria política e, como tal, lhe é reivindicada a promoção e garantia dos direitos aos sujeitos protagonistas desse momento da vida humana, as crianças, que, independente do seu contexto, devem viver de forma integral suas infâncias propriamente ditas com toda sua pluralidade e diversidade intrínseca ao ser humano principalmente na infância. É assegurado às crianças sua proteção na constituição brasileira por meio do ECA, esse documento posiciona o adulto como garantidor dos direitos dos pequenos, como podemos ver no capítulo III, Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, o texto fala no art. 18 que “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.” (BRASIL, 1990).

Esse documento é de suma importância para a proteção das crianças e adolescentes, como dispõe no seu art. 1º “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.” (BRASIL, 1990) e art. 3º:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990).

Para a proteção da criança de forma integral, nos cabe como professoras/es pensarmos o papel do Estado e da institucionalização da infância no espaço escolar. Lugar este, território de disputa e constantemente atacado por ser um espaço central de formação da vida humana, e aqui nos interessa as infâncias que são

experienciadas ao longo dessa jornada, as infâncias escolares, e, mais especificamente, as infâncias que estão na periferia do currículo.

A legislação brasileira, através da LDB, sanciona em seu TÍTULO I, Da Educação, que:

“Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.” (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, 1996)“.

No TÍTULO II, Dos Princípios e Fins da Educação Nacional o texto mostra que:

“Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, 1996)“.

A legislação brasileira nos dá base para que possamos articular a prática pedagógica e pensarmos nas formas de escolaridade que as crianças possam experimentar visando seu desenvolvimento humano e proteção contra as violências de todos os tipos.

A história da infância nos mostra que nem sempre foi assim, foi preciso uma mudança de paradigmas para que a concepção de infância a qual temos hoje mudasse de patamar, saindo da visão da criança como “um adulto em miniatura”, que trabalhava como adulto e usava as mesmas vestes que os adultos, para uma posição de um ser em desenvolvimento que necessita de um aparato educacional como escola, família e sociedade como um todo. Se voltarmos aos primeiros estudos sobre infância na Europa, podemos perceber que a candura apresentada

por Rousseau ao tratar da infância em *“Emílio, ou da Educação”* (1762), mostrou-se insuficiente diante da voraz chegada do liberalismo, onde a concepção de infância deixou seu estado de “bondade natural dos homens” para servir também ao capital. Contudo, Rousseau inaugura na Europa a centralidade dos estudos pedagógicos sobre a infância com seu romance, numa época que as crianças não tinham grande relevância social na sociedade europeia. Ainda que tratasse dessa concepção de infância da criança europeia, muito distante das vividas aqui na América Latina, seu trabalho foi muito importante por trazer à luz da discussão sobre educação e infâncias no século XVIII. A visão de Rousseau sobre a criança e educação ainda hoje repercute, passado 3 séculos, pois: “No interior de sua concepção de educação revela-se o sujeito que ele queria formar para a vida coletiva, ao formular preceitos de uma educação que desenvolvesse o cidadão para o bem comum. Esta é uma das finalidades ainda hoje atribuídas à educação, por isto a importância de resgatar seu pensamento pedagógico articulado aos propósitos mais amplos que almejava.” (VALENTE *et al.* 2020, p. 3). Esses valores iluministas estão presentes ainda hoje na própria legislação brasileira como vimos nos primeiros artigos da LDB, *Da Educação*.

Ainda citando o artigo *“Rousseau e Seu Projeto Educacional Liberal”*, as autoras trazem importante registro sobre as ideias de Rousseau: “Cabe salientar, conforme Assmann (1988), que as ideias de Rousseau enfatizaram que a criança deve ser criança e não um adulto em miniatura, que ela não deve viver no meio social, explicitamente como um homem adulto. (ASSMANN, 1988, *apud* VALENTE *et al.* 2020, p. 10)”. E segue a autora: “Oliveira (2006) concluiu que no século XVIII não havia uma distinção entre infância, adolescência e a maturidade, pois prevalecia a negação da infância enquanto uma fase diferenciada, havendo um elevado índice de mortalidade infantil. Por isso, na obra *Emílio ou da Educação*, de 1762, Rousseau fez suas críticas, tentando alertar que a criança e a infância têm suas especificidades e que constituem uma importância significativa para a vida social. Ele revolucionava assim a antiga visão da infância.” (OLIVEIRA, 2006, *apud* VALENTE, 2020, p. 10)”.

Dessa forma a obra de Rousseau inaugurou na Europa a conceitualização da infância que mais se aproxima com a visão que temos hoje.

Partindo desse ponto de partida, ao analisarmos as infâncias em território brasileiro no período colonial, a visão que existia era semelhante a visão europeia, no que diz respeito ao reconhecimento da criança como um ser humano em miniatura. A escola era privilégio para poucas crianças, principalmente filhos dos colonos portugueses e da elite, escolas estas fundadas pelos Jesuítas.

Nair Correia Salgado De Azevedo (2022) mostra que “(...) é preciso mencionar que a própria História da Educação brasileira demonstra muitas fragilidades desde sua implantação. Inicialmente, com os Jesuítas, a educação tinha cunho religioso e objetivava, entre muitas outras metas, a imposição da fé cristã católica entre os nativos e a instrução pela imposição do ensino da Língua Portuguesa ocorrida na maioria das vezes simultaneamente com a alfabetização e a catequese (MESQUIDA, 2013).” (MESQUIDA, 2013, *apud* AZEVEDO, 2020, p. 37).

Quando se tratava da educação das meninas era ainda mais restrito, com foco principalmente nas habilidades e afazeres domésticos. “Nesse contexto, chama-nos a atenção a forma pelo qual as meninas eram tratadas. Independente de ser da etnia indígena, branca ou negra, às meninas era negado o direito à Educação. A primeira reivindicação para que a Educação ocorresse de forma igualitária, contemplando meninos e meninas, vieram dos indígenas que nunca enxergaram as mulheres como seres inferiores, ao contrário dos portugueses que, advindos de uma forte influência da cultura árabe, sempre atribuíram às mulheres um papel subalterno e inferior perante a sociedade.” (MONTEIRO; GATTI, 2012; RIBEIRO, 2000 *apud* AZEVEDO, 2020, p. 38).

É importante ressaltar que este trabalho se propõe dentro de uma perspectiva decolonial, para tanto, tomo como ponto central o estudo das infâncias em dissidência de gênero, ou infâncias queer, e como este tema é abordado dentro do currículo, tomando este como fio condutor que une a educação desde a educação básica ao ensino superior. Esta análise é possível pois a profissão do educador tem como palco social a escola (enquanto atuação) e a universidade como espaço de formação, onde, em tese, estarão reunidos em seu currículo os temas que são caros à educação.

João Paulo de Lorena Silva(2018), em sua tese de mestrado intitulada “*Infâncias Queer nos entre-lugares de um currículo: a invenção de modos de vida transviados*” nos lembra, ao tratar das infâncias queer que “Infâncias queer povoam

o território curricular. Crianças transviadas correm por todos os lados. Elas saltam, gritam, choram, protestam, riem... provocando alegria, terror, medo e desejo. Aguçam as nossas fantasias, borram as fronteiras do normal e do abjeto, do infantil e daquilo que se convencionou chamar de adulto (...)" (SILVA, 2018, p. 15). Ao tratar especificamente das infâncias em dissidência, o autor traz nas palavras de Paul Preciado a definição dessas infâncias, ele diz, citando Preciado: "infâncias queer como todas aquelas que escapam às normas de gênero e sexualidade, produzindo fissuras nos regimes de poder que naturalizam o lugar do masculino e do feminino, desenhando linhas de fuga nos extratos e territorialidades que operam para capturar, normalizar, controlar e hierarquizar os corpos e os modos de vida infantis."(PRECIADO, 2013 *apud* SILVA, 2018, p.15).

Dessa forma podemos perceber (caso ainda não fosse percebido por alguém) que as infâncias em dissidências de gênero estão em todos os lugares, inclusive nas escolas, mesmo que o currículo ainda não seja pensado para elas. Portanto, a infância queer é também uma infância escolar, embora não seja definida apenas por isso.

Posicionar este trabalho como decolonial implica reconhecer que a colonialidade ainda está presente em nossa sociedade e que seus marcadores ainda vigoram sob forte tutela e a escola é um espaço em que isso se apresenta de forma ampla. Gênero é uma categoria colonial. E quando propomos pensar formas outras de um currículo onde os marcadores como gênero, raça e classe sejam levados em consideração na abordagem pedagógica dos conteúdos, percebemos que é na formação de professoras/es um dos espaços principais que a discussão deve surgir, e o tema deve ser discutido durante toda graduação, para que aí sim possamos ter uma práxis decolonial, que assegure o direito às infâncias às crianças, e acreditando que um currículo queer, ou, como cunha Ranniery (2022), uma *queerização* da teoria de currículo, como brecha, fenda, forma de povoar a escola e transformá-la em um lugar seguro para que todas infâncias possam ser vividas em seu pleno vigor, para a criança queer, criança racializada, crianças com deficiências, todos os outros que escapam ao currículo, e todas as infâncias tenham direito de exercer seu desenvolvimento com respeito.

7 CURRÍCULOS E PRÁXIS PEDAGÓGICA

Penso no currículo aqui, dentro da teoria pós-crítica de currículo, como o fio que conduz as instituições escolares, desde educação básica até a formação de professoras/es nas universidades. Currículos diferentes mas ainda assim currículos. Também o ato de elaborar sobre um currículo oculto, um currículo paralelo, aquilo que escapa ao curricular, é, de forma dialética, elaborar sobre o fazer do currículo e as formas de práxis que ele direciona. O currículo aqui é entendido não como uma receita, como um passo-a-passo, mas como Tomaz Tadeu da Silva (2007) afirma: “currículo como “lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. Currículo como trajetória, viagem, percurso” (SILVA, 2007, p. 150). Isto torna o currículo algo vivo e em constante processo de mutação. A organização de um currículo passa por muitos caminhos, aqui aponto apenas alguns traços da teoria de currículo e história do currículo, passando pelas ideias de Sandra Corazza e Tomaz Tadeu da Silva, sem deixar de mencionar as *Alternativas Emancipatórias em Currículo*, organizado por Inês Barbosa Oliveira.

A brecha do currículo que nos interessa pensar aqui é aquilo que Ranniery chamou de *queerização* do currículo que abordarei de forma conceitual, traçando um paralelo com as infâncias queer, tema de estudo de João de Lorena, infâncias que resistem e lutam segundo, o autor “Luta para sobreviver às investidas do poder sobre ela, para escapar da violência e da morte. Luta para existir de um outro modo e, por isso, instaura fissuras nos regimes normativos de gênero e sexualidade.”(SILVA, 2018, p. 38). Essas abordagens são pensadas dentro dos estudos pós-críticos de currículo.

Busco a definição de currículo dada por Sandra Corazza no seu trabalho “O que quer um currículo?”. A autora diz: “No domínio de uma “metáforica” do currículo, constituída pelas teorias da linguagem estruturalistas e pós-estruturalista, podemos pensar que o que um currículo “é” é uma linguagem. Ao conceber o currículo como linguagem, nele identificamos significantes, significados, sons, imagens, conceitos, falas, língua, posições discursivas, representações, metáforas, metonímias, ironias, invenções, fluxos, cortes...Assim como o dotamos de um caráter eminentemente construcionista” (CORAZZA, 2001, p. 9). Corazza ao firmar o currículo como uma linguagem nos diz que “(...) um currículo, como linguagem, é uma prática social, discursiva e não discursiva, que se corporifica em instituições, saberes, normas,

prescrições morais, regulamentos, programas, relações, valores, modos de ser sujeito” (CORAZZA, 2001 p. 10).

Esta posição que o currículo ocupa de um lugar de sujeito é crucial no entendimento da construção desse sujeito. Se é através da linguagem, do discurso que ocupamos este lugar, esse assujeitamento, então, para Corazza, podemos pensar “(...) o que linguajamos como geração, raça, gênero, local institucional, religião, ecologia, outridade, orientação sexual, território geopolítico, fluxos de desejo. O que possuímos de consciência, e também, de inconsciência, em relação às posições de sujeito que nos foram legadas, e ocupamos.”(CORAZZA, 2001, p. 14). Logo “um currículo é o que dizemos e fazemos... com ele, por ele, nele.(...) Isto é um currículo: um ser falante, como nós, efeito e derivado da linguagem.”(Ibidem, 2001, p. 14).

É este lugar que percorremos ao pensar o currículo, o lugar da linguagem. Dentro dessa mesma linha pensamos o currículo de forma emancipatória, para isso trago o que Inês Barbosa de Oliveira chamou de “*As Artes do Currículo*”. A autora mostra que: “Falar e pensar em alternativas curriculares, sobretudo pensando-as como possibilidade de contribuição para a emancipação social, traz dois pressupostos. O primeiro se refere à definição mesma de currículo. É compreendê-lo não apenas como uma lista de conteúdos a serem ministrados a um determinado grupo de sujeitos, mas como criação cotidiana daqueles que fazem as escolas e como prática que envolve todos os saberes e processos interativos do trabalho pedagógico realizado por alunos e professoras/es. O segundo pressuposto, em direção diferente do primeiro, já relativamente consagrado na literatura da área, diz respeito à ampliação da noção para fora das práticas escolares, incorporando à ideia de que a vida cotidiana tem seus próprios currículos, expressos nos processos sociais de aprendizagem que permeiam todo o nosso estar no mundo e que nos constituem.” (OLIVEIRA, I. B., 2007, p. 9). Esta emancipação que a autora fala é no sentido de um “(...) conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que a distingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo social da da emancipação, a ampliação e aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social.” (SANTOS, 1995, p. 277 *apud* OLIVEIRA, I. B., p. 9).

Buscamos a emancipação do sujeito na práxis pedagógica, unindo a teoria e prática no currículo, no sentido que Beatriz Scoz empregou o termo, como explica, em *“Algumas Considerações Sobre a Práxis Psicopedagogia na Realidade Educacional Brasileira”* ela diz: “(...) A ideia de práxis, portanto, firma-se numa compreensão do *homem* como ser ativo e criador, que transforma-se na medida em que transforma o mundo pela sua ação material e social.”(SCOZ, 1994, p. 19).

O currículo então pode ser entendido como ação material e social para que construa sujeitos emancipados como precipitados da educação, onde a práxis pedagógica possa ser vista de uma forma de política cultural de ordem ética.

Em *“Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo(2007)”*, Tomaz Tadeus da Silva organiza uma série de estudos sobre teorias de currículos. Situado dentro das teorias pós-críticas de currículo, o autor coloca *“uma coisa estranha no currículo: a teoria queer”* como parte importante para a constituição do currículo que leve em conta esta estranheza que surge ao falarmos do conceito queer. Para começar o autor faz uma breve análise sobre o conceito, que nos é interessante trazer aqui também, ele afirma que “A teoria queer representa, de certa forma, uma radicalização do questionamento da estabilidade e da fixidez da identidade feito pela teoria feminista recente. A teoria queer surge, em países como Estados Unidos e Inglaterra, como uma espécie de unificação dos estudos gays e lésbicas. Antes de mais nada, o termo expressa, em inglês, uma ambiguidade que é convenientemente explorada pelo movimento queer. Historicamente o termo queer tem sido utilizado para se referir, de forma depreciativa, às pessoas homossexuais, sobretudo do sexo masculino. Mas o termo significa também, de forma não necessariamente relacionada às suas conotações sexuais, “estranho”, “esquisito”, “incomum”, “fora do normal”, “excêntrico”. O movimento homossexual, numa reação à histórica conotação negativa do termo, recupera-o, então, como uma forma positiva de auto-identificação. Além disso, aproveitando-se do outro significado, o de “estranho”, o termo queer funciona como uma declaração política de que o objetivo da teoria queer é o de complicar a questão da identidade sexual e, indiretamente, também a questão da identidade cultural e social. Através da estranheza, quer-se perturbar a tranquilidade da “normalidade”.”(SILVA, T. T., 2007, p. 105).

Pensando nessa dita “normalidade”, recorro a Ranniery (2022) para pensarmos a questão de queerização da teoria de currículo onde não enxerguemos as infâncias queer apenas pelo signo da diferença, o queer “para além do reconhecimento da diferença”. (Ibidem, 2022, p. 28).

Dessa forma, trago uma citação do autor, quando questiona, “De que modo seria articulável uma teorização em currículo que realizasse “uma encenação da impossibilidade de representar?”. (HARTMAN, 2020, p. 38 *apud* RANNIERY, 2022, P. 29). Ele prossegue com sua análise: “Esta questão se impôs a nós, ao seu modo, quando se tratava de pensar a relação entre currículo, gênero e sexualidade em diferentes contextos de pesquisa e formação. Era como se fôssemos estrangulados pela experiência de estarmos cavalgando diante de um abismo. Ora, lançados em direção ao nada, ora empurrados em direção ao infinito, levando-nos a reavaliar posturas teóricas com as quais nos implicávamos e o vazio que atiravam sobre nós. De um lado, reconhecíamos – sem deixar de nos debater com – as contribuições da crítica da normalização, como certa vez Miskolci (2011) definiu o trabalho analítico da teoria queer. De outro, nós nos deparávamos com uma adesão, por vezes, celebratória a uma espécie de potência alternativa sem fim de experiências de transgressão, subversão ou insurgência de gênero e sexualidade – quase como uma contrabalança inconsciente –, tratadas desde sempre como progressistas e, para onde quer que se olhasse, enfrentando a normatividade, invariavelmente em oposição a ela. Esta adesão não somente parece depender de certo voluntarismo subjetivo quando também performa uma oposição constitutiva – a normatividade e “seus outros”. (MISKOLCI, 2011, *apud* RANNIERY, 2022, p. 30).

Nos interessa pensar nas infâncias queer não apenas como a Outra infância, que vai surgir e saltar os olhos daqueles que, na escola, serão lidos como normais. O autor coloca que “Mesmo o difundido conceito de abjeção de Julia Kristeva (1982), ao menos para nós, recolocava o currículo diante da primeira formulação: esses “outros” estão inseridos em contextos substancialmente normativos, estão englobados em um cenário que encapsula os poderes do horror na abjeção, os explica, quando não, os toma como sujeitos do espetáculo.”(Ibidem, 2022, p. 30).

O autor segue “Não é exagerado afirmar que, ao menos em um primeiro momento, o interesse da teoria de currículo pela crítica queer apontava mais, neste sentido, para um interesse pelo funcionamento da normatividade de gênero ou das

relações de poder do dispositivo da sexualidade do que pela teorização curricular.”(Ibidem, 2022, p. 31).

Penso esse trabalho como forma de trazer a luz a discussão dentro da formação de professoras/es, assim, poder bagunçar com o currículo, como o autor fala “A acelerada equiparação entre currículo e normatividade ou a substituição de um pelo outro alimenta uma ossificação imaginativa do que currículo poderia ser e do tipo de trabalho que a crítica queer poderia realizar para bagunçar, se assim o deseja, a teorização curricular.”(Ibidem, 2022, p. 31).

Este ensaio de Ranniery nos leva a pensar muitas possibilidades existentes entre teoria de currículo e teoria queer, e como juntas, as teorias podem nos colocar em direções que ainda não conhecemos, mas, com coragem buscamos. O autor fala, ainda sobre o currículo vigente, que “Ao recusar tomar o currículo como cenário da manifestação universal de uma estrutura normativa externa com valor meramente particularizador de uma dinâmica geral de sujeição, podemos nos servir da crítica queer para situar o exercício de teorização de currículo, que implícita ou explicitamente realizamos. Isto envolve perturbar a teoria para que se livre de imagens conceituais legadas, quer pela sociologia do conhecimento escolar, quer mesmo pela virada cultural.”(Ibidem, 2022, p. 32). O autor continua e traz uma citação de Muñoz (2019) escreve: “o aqui e agora simplesmente não é suficiente. Queeridade deveria e poderia ser sobre um desejo de outra forma de ser no mundo e no tempo, um desejo que resiste as ordens para aceitar o que não é suficiente.”(MUÑOZ, 2019, p. 96 *apud* RANNIERY, 2022, p. 35).

O autor define a queerização falando que “É porque nos falta um léxico conceitual-imaginativo fora da hermenêutica paranoica que permita articular currículo e diferença sem cair, por sua vez, na armadilha dupla de querer encontrar objetos queers saltando diante das normas e de ceder à expropriação extrativista da diferença, que proponho um procedimento de escrita da teoria como querização do pensamento curricular.”(Ibidem, 2022, p. 31). E sinaliza que “O que quer que venhamos a chamar de queerização da teoria de currículo poderia implicar um ato de escrita da teoria como reverberação de um ainda-não, como caixa de ressonância dos sons monstruosos de qualquer currículo, ecoando um excesso poético aberrante que o transborda e que não se pode ver, um excesso que chega a nós através da “amplitude do desdobramento sonoro e [d]a minúcia de seu

simultâneo redobramento.” (LUC-NANCY, 2013, p. 172 *apud* RANNIERY, 2022, p. 35). O autor segue: “Talvez, pudéssemos considerar, agora, os múltiplos modos pelos quais queerizar a teorização curricular é um sítio de potencialidade imaginativa para o currículo e não somente uma ruptura da normatividade.” (Ibidem, 2022, p. 36).

Finalizo esta parte do texto onde apresentei citações que acompanharam meu pensamento durante a escrita e teorização sobre currículo, tomando como ponto de partida as possibilidades das teorias queer e teoria curricular, como essas teorias podem nos lançar à práxis dentro da universidade e nas escolas.

8 ANÁLISE DOS DADOS

Faço a análise do repositório de trabalhos da disciplina de Gênero e Sexualidade na Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esta cadeira está disponível para estudantes a partir do 7º semestre do curso de Pedagogia e outras licenciaturas. Estes trabalhos consistem em portfólios criados a partir de temas dentro das questões de gênero e sexualidade e sua interseccionalidade com educação. São analisados trabalhos de 3 semestres diferentes, totalizando 29 trabalhos. Meu objetivo é encontrar nestes portfólios trabalhos dentro da temática do meu TCC, que tratem da questão de infâncias queer, infâncias em dissidência de gênero, infâncias transviadas, tensionamentos de scripts de gênero na infância entre outras denominações para infâncias desviantes da normatividade imposta.

Para começar cito Freda Corteze (2024) para pensarmos na transversalidade do currículo, em seguida trago o programa da disciplina que nos mostra a proposta, dentro do currículo da universidade, que a cadeira tem ao longo do semestre, depois, as orientações dadas aos estudantes para a criação do portfólio, em seguida trago um gráfico que mostra quais abordagens os alunos dessa disciplina tiveram e os temas escolhidos, por fim faço uma análise com o intuito de defender a importância dos estudos das infâncias queer na formação de professoras/es.

Começo, então, citando o conceito de *transversalidade*, da forma que Freda traz em seu trabalho *Transversalizando a Norma: entre contos infantis, marcas das diferenças e atuação de professoras/es*, onde a autora questiona e responde “O que

é transversalidade? Este conceito tem sido usado no campo da Educação como instrumento para trazer aos currículos escolares temas que não pertencem diretamente a nenhum dos seus diferentes componentes (ou disciplinas, segundo uma perspectiva mais dominante). Entretanto, o uso deste conceito nem sempre compreende a potencialidade que ele alcança, como será explicado.”(CORTEZE, 2024, p. 77). A autora segue sua explicação sobre o termo: “O prefixo trans vem do latim e, como já foi apresentado, transmite a ideia de além de ou através de, podendo também indicar ideia de movimento e mudança. Ocorre em palavras como transmissão, transporte, transatlântico, transparente, transgênico e transgeneridade. Na palavra transversalidade, tem relação com o sentido de transversal, e faz referência a algo que atravessa determinado campo (físico ou social) sem percorrê-lo de maneira vertical ou horizontal, mas através de outra dimensão na qual estas estão contidas.” (Ibidem, 2024, p. 77). Freda relaciona a transversalidade no campo da educação, ela diz: “No campo educacional, os temas associados à sexualidade e relações de gênero são considerados transversais pelos documentos que organizam o currículo brasileiro. Esta orientação relaciona-se com a ideia de que estes temas não constituem um componente curricular próprio, ao invés disto, eles transpassam tais componentes sendo abordados em diferentes momentos, associados aos assuntos regulares da grade curricular. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) definem que

[...] optou-se por integrar a Orientação Sexual [Corpo: Matriz da sexualidade, relações de gênero, prevenção das doenças sexualmente Transmissíveis] nos Parâmetros Curriculares Nacionais, através da transversalidade [...] Dessa forma, o posicionamento proposto pelo tema Orientação Sexual, assim como acontece com todos os Temas Transversais, estará impregnando toda a prática educativa. Cada uma das áreas tratará da temática da sexualidade por meio de sua própria proposta de trabalho (BRASIL, 1997).

Importante dizer que mesmo que os PCN's sejam encontrados nas escolas, outras legislações também balizam o ensino na atualidade como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os demais Temas Transversais propostos pelos PCNs são: Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Trabalho-Consumo. Entretanto, como aponta Gallo (2000, p. 36) o entendimento que os PCNs fazem da aplicação deste conceito está mais próximo da “[...] interdisciplinaridade, já que as disciplinas - ou

áreas - são mantidas como estrutura básica do plano curricular da escola [...]" . Segundo o autor, para que a transversalidade possa ser abordada a partir de seu potencial, é necessário ir além, buscar soluções mais complexas e criativas. (BRASIL, 1997; GALLO, 2000, p. 36, *apud* CORTEZE, 2024, p. 77/78).

A autora afirma que “Assim, sexualidade e relações de gênero (assim como outros Temas Transversais) não são apenas componentes ou conteúdos curriculares a serem abordados na escola, mas são uma realidade latente às próprias relações entre as pessoas que a constituem. Neste sentido, a transversalidade é muito mais uma característica presente no ecossistema da instituição escolar do que uma nova abordagem ou proposta curricular.” (Ibidem, 2024, p. 80). Essa afirmação é coerente com o que aponto, trazendo Thiago Ranniery, onde devemos pensar as infâncias queer para além do reconhecimento da diferença, e os Temas Transversais, nos auxiliam a pensar nas possibilidades desses currículos como práticas que professoras/es e demais sujeitos da escola possam exercer na educação. Mas, para isso, é preciso que a formação de professoras/es dê conta dos temas.

Trago agora o plano de ensino da disciplina de Gênero e Sexualidade na Educação, disponível no site da universidade e retirado na minha condição de aluno.

- **Súmula:** *Gênero, corpo e sexualidade como construção histórica, social, cultural e política. Implicações no processo de educação na família, na escola e na sociedade.*
- **Objetivos:** *Analisar de que forma as relações de gênero e sexualidade vem sendo construídas no âmbito das sociedades ocidentais, em diferentes tempos históricos e culturas; Discutir as diversas formas de violências de gênero, em especial a violência benévola, os micro-machismos e os maus-tratos emocionais; Propor uma educação para a sexualidade que contemple aspectos históricos, sociais e culturais em torno do tema; Discutir o papel da mídia e dos artefatos culturais na construção das subjetividades e identidades de crianças, jovens e adultos; Problematizar como a escola e seus profissionais manejam as questões em torno da sexualidade e das relações de gênero; Entender o papel da escola na ampliação do conhecimento e a importância da formação docente em todos os níveis de ensino, em especial com temáticas que envolvem direitos humanos; Compreender*

o papel do/a professor/a como agente público, em especial no que se refere à laicidade do ensino.

- *Metodologia: Durante os encontros coletivos serão apresentados, por meio de exposição dialogada, os principais conceitos que compõem cada eixo temático, bem como orientações gerais para a realização das tarefas propostas para o período. Será disponibilizado espaço para dúvidas e outras manifestações reservando um momento, em cada encontro, para as combinações que se fizerem necessárias. Ao longo de cada eixo temático serão disponibilizadas oportunidades de aprendizagem que poderão ser experimentadas de modo autônomo, as quais visam propiciar a ampliação dos conhecimentos sobre as temáticas propostas na disciplina, dentre elas: artigos de periódicos, artigos disponíveis no site da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) no GT23, e-books de acesso gratuito, livros didáticos e paradidáticos disponíveis na web, links para vídeos, textos jornalísticos disponíveis na web, sugestões de recursos audiovisuais etc. Todas as discussões e análises de conceitos propostas terão como referência as(os) autoras(es) estudados e as pesquisas por elas(es) realizadas, bem como os princípios de uma educação pública pautada na laicidade, na democracia e nos direitos humanos. Em síntese, cada pessoa matriculada na disciplina deverá realizar as leituras e elaborar de resenhas dos textos recomendados. A fim de dinamizar o debate, durante os encontros coletivos serão realizadas discussões de filmes, análise de livros didáticos e paradidáticos sobre o tema de gênero e sexualidade e seminários. Serão elaborados portfólios individuais/coletivos (atividade avaliativa), a partir do percurso na disciplina e com vistas às discussões sobre gênero e sexualidade na escola, os quais deverão conter as impressões e reflexões que os textos indicados na disciplina proporcionaram. Cada portfólio deverá ser divulgado para a comunidade em geral, incluindo professoras/es/as da educação básica, educadores sociais, dentre outros por meio de: episódio do podcast Sala Verde-Lilás (Lumina UFRGS), vídeo para o*

canal do YouTube da Disciplina ou através de oficina online ou presencial com o grupo a que o portfólio se destina.

- ***Metodologia da Prática Extensionista:*** *As seguintes metodologias podem ser empregadas, atendendo às ênfases e contexto das discussões da disciplina, sendo sensíveis às possibilidades de articulação entre a prática de ensino e os contextos de realização da prática extensionista a cada semestre letivo: - Preparação para atividade de campo e/ou interação com instituições e comunidade, contemplando a dimensão do planejamento, execução e avaliação da prática extensionista. - Realização de procedimentos para eventuais entrevistas, observações e práticas pedagógicas. - Realização da atividade de campo e/ou interação com instituições e comunidade, tendo por base a perspectiva da interação dialógica entre a/o estudante na formação inicial e os contextos de realização das práticas extensionistas. - Desenvolvimento de eventuais materiais para realização das práticas, bem como a organização de intervenções nos espaços de atuação. - Organização de sistematizações, através da apresentação e socialização dos aprendizados realizados com a prática extensionista. Experiências de Aprendizagem As experiências de aprendizagem consistem dos seguintes aspectos, que podem ser aplicados total ou parcialmente, dadas as possibilidades de articulação entre a prática de ensino e os contextos de realização da prática extensionista a cada semestre letivo. - Realização, individual ou em grupo, de entrevistas e observações nos contextos da prática extensionista; - Elaboração, individual ou em grupo, de planejamento de intervenções pedagógicas nestes contextos; - Organização, individual ou em grupo, de seminários com os participantes de prática extensionista nos contextos de atuação, tendo por foco temas discutidos pela prática de ensino. - Apresentação, individual ou em grupo, das sistematizações das realizações e aprendizados com a prática extensionista.*

Este documento também apresenta as

- *Experiências de Aprendizagem: Possibilitando o conhecimento e aprofundamento dos temas abordados em cada eixo temático, serão propostas(os):*
- *Leituras de artigos científicos;*
- *Discussão em pequenos grupos (em dia e horário agendado, conforme interesse da turma OU em sala de aula);*
- *Escolha, análise e catalogação de materiais e textos que sirvam para a promoção de diálogos com a comunidade escolar sobre temas abordados na disciplina, por meio da elaboração de um portfólio individual ou coletivo, contendo: registro de suas impressões sobre o conteúdo dos artigos, vídeos, podcasts, livros didáticos e paradidáticos escolhidos para análise; reunião e análise materiais diversificados e relevantes para a produção de um acervo didático, com vistas a potencializar diálogos com a comunidade escolar sobre temas abordados na disciplina; apresentação de uma autoavaliação coletiva/individual e opiniões sobre a vivência do semestre no âmbito da disciplina;*
- *Realização de atividade extensionista no formato de podcast, vídeo ou oficina;*
- *Debates presenciais e/ou por meio virtual.*

Também consta as

- *Experiências de Aprendizagem da Prática Extensionista (Forma de realização):*
- *Preparação para atividade de campo e/ou interação com instituições e comunidade, contemplando a dimensão do planejamento, execução e avaliação da prática extensionista.*
- *Realização de procedimentos para eventuais entrevistas, observações e práticas pedagógicas.*
- *Realização da atividade de campo e/ou interação com instituições e comunidade, tendo por base a perspectiva da interação dialógica entre*

a/o estudante na formação inicial e os contextos de realização das práticas extensionistas.

- *Desenvolvimento de eventuais materiais para realização das práticas, bem como a organização de intervenções nos espaços de atuação.*
- *Organização de sistematizações, através da apresentação e socialização dos aprendizados realizados com a prática extensionista.*

Considero importante trazer o conteúdo programático da disciplina, onde aparecem os temas trabalhados em aula. São eles:

- *Conteúdo Programático:*

I - Gênero e sexualidade: algumas questões conceituais e políticas

- *Breve histórico dos movimentos feministas, gays e lésbicos*
- *Estudos Queer*
- *Como se constroem os scripts de gênero na composição das*

identidades

- *Identidades sexuais e o conceito de diversidade*
- *Sexismo, misoginia, homofobia, transfobia.*

II - O corpo como espetáculo

- *O corpo tem uma história (teoria unissexual)*
- *Normatização e controle dos corpos*
- *Corpo como projeto*

- Privacidade e intimidade: sexting, sexcasting, sextosión e grooming

III - Educação para a sexualidade: alguns temas

- *Idealização do amor romântico e da família*
- *Maternidade como aprisionamento, paternidade responsável*
- *Novas configurações familiares*
- *Violência doméstica e as diversas formas de violência*

(maus-tratos emocionais, micro machismos, violência benévola)

- *Violência/abuso sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes*

- *Pedofilia: conceito médico e questões jurídicas*

- *Pedofilização como prática social contemporânea*

- *Práticas de risco e políticas de prevenção*

IV - Discutindo Gênero e sexualidade no contexto escolar

- *A escola e seu papel de ampliação do conhecimento*

- *Direitos Humanos e o compromisso ético na formação docente*

- *Portfólios sobre gênero e sexualidade na Educação Infantil*

- *Portfólios sobre gênero e sexualidade nos Anos Iniciais*

- *Portfólios sobre gênero e sexualidade no Ensino Médio e na EJA*

- *Organização da atividade extensionista*

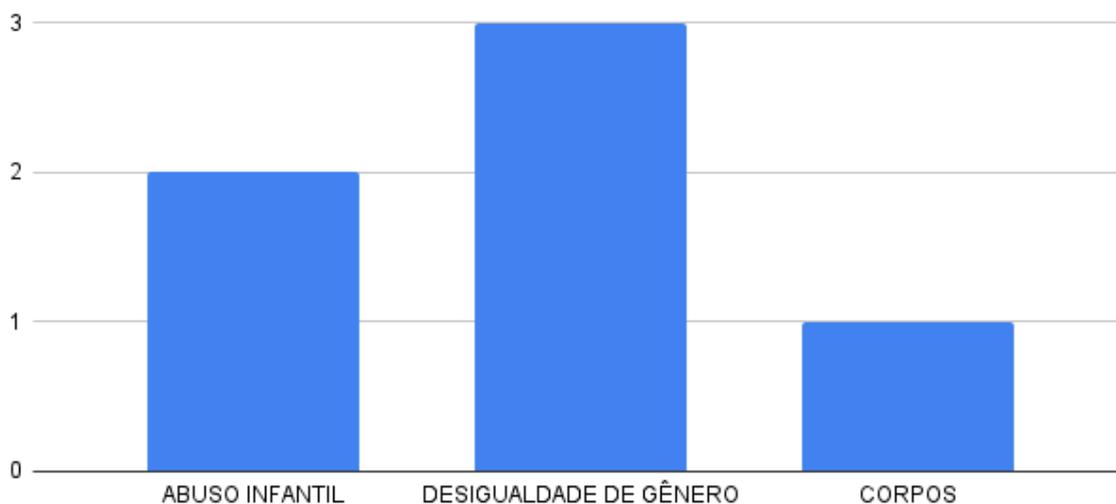
- *Execução da atividade extensionista e do produto final.*

Ao analisar o plano de ensino e os conteúdos programáticos da disciplina, percebe-se que os Temas Transversais que Freda Corteze fala, estão dispostos no currículo do curso, assegurando, assim, que o tema desta pesquisa esteja previsto dentro dos estudos, mas não assegura que os estudantes trarão em suas produções de portfólios, visto também, a quantidade de temas que são abordados em uma única disciplina de gênero e sexualidade na educação ao longo de todo curso de Pedagogia.

Contudo, o que a análise dos portfólios mostra é que o tema das infâncias em dissidência de gênero e, principalmente, os padrões e script de gênero nas infâncias, vem crescendo entre os estudantes de Pedagogia, o que é um bom sinal.

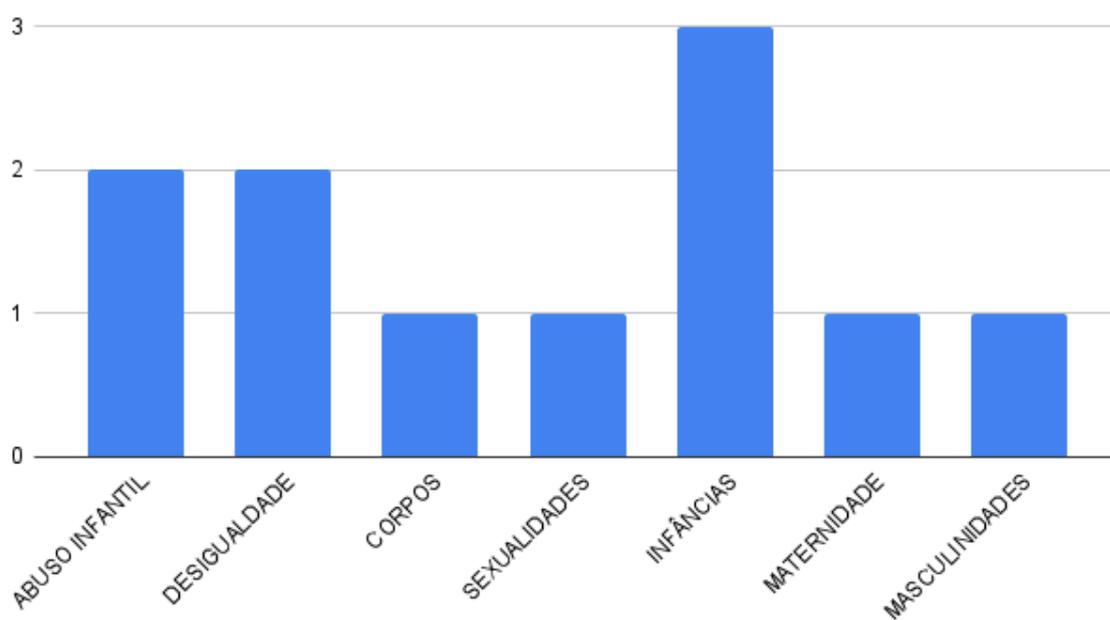
Nos gráficos a seguir, estão dispostos os trabalhos dos estudantes nos semestres de 2023/1, 2023/2 e 2024/1 e os temas escolhidos.

No Gráfico I referente ao semestre 2023/1, foram analisados 6 produções de portfólios, onde o tema com maior incidência foram os trabalhos que tratassem do tema da *desigualdade de gênero* (3), seguido das questões de *abuso infantil* (2) e o terceiro tema usei o termo *corpos* (1) para englobar trabalhos que tratem especificamente sobre a variedade de corpos, pressão estética e padrões de beleza.

GRÁFICO I - TEMAS DOS PORTFÓLIOS NO SEMESTRE 2023/1

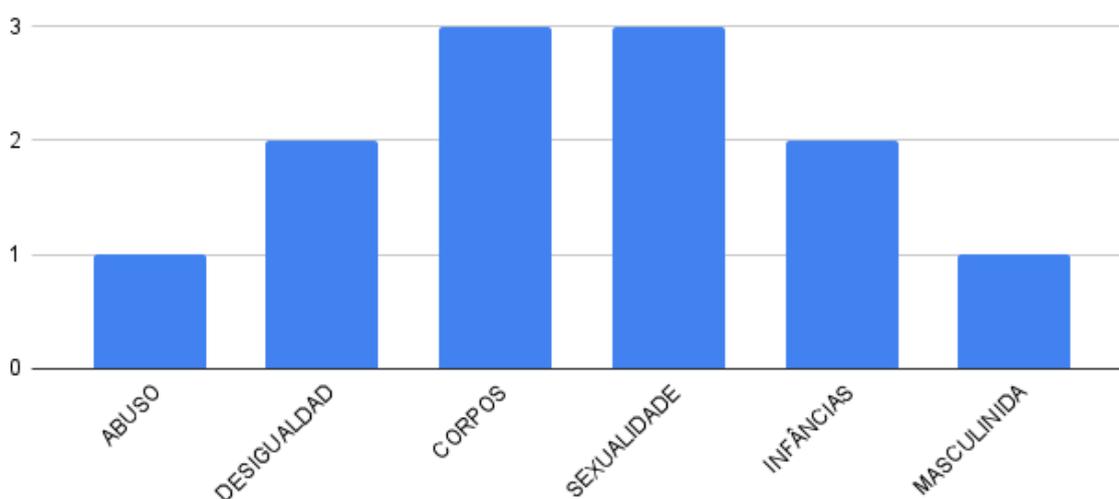
Fonte: elaborado pelo autor, 2024

No Gráfico II referente ao semestre 2023/2, foram analisados 11 trabalhos. Os temas escolhidos pelos estudantes foram: *abuso infantil* (2); *desigualdade de gênero* (2); *corpos* (1); *sexualidade* (1), e aqui inaugurou o tema *infâncias queer* (3), coloco nesse grupo também trabalhos que falam sobre dissidência de gênero e scripts de gênero mas que não mencionam infâncias queer, contudo, acredito que esses trabalhos caminham na mesma direção. Os temas *maternidade* (1) e *masculinidades* (1), também foram escolhidos pelos estudantes.

GRÁFICO II - TEMAS DOS PORTFÓLIOS NO SEMESTRE 2023/2

Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

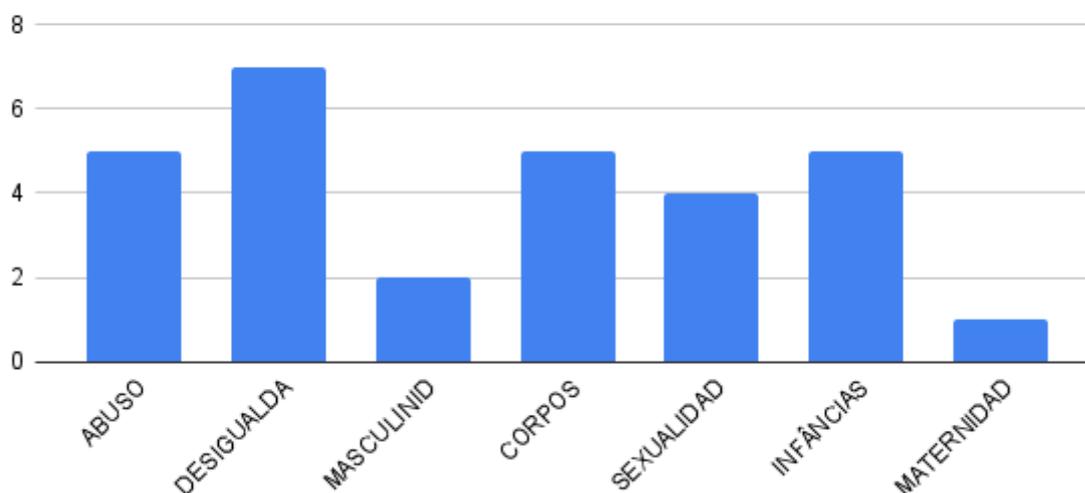
No Gráfico III referente ao último semestre analisado, 2024/1, os temas *abuso infantil* (1), *masculinidades* (1), *desigualdade de gênero* (2) e *corpos* (3), seguem com produções, enquanto temos o tema *sexualidades* (3), onde englobei os portfólios que tratem das questões mais específicas das sexualidades, e, de novo, as *infâncias queer* (2), com trabalhos que não mencionam diretamente as infâncias queer mas caminham na direção dos scripts de gênero.

GRÁFICO III - TEMAS DOS PORTFÓLIOS NO SEMESTRE 2024/1

Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Trago agora o Gráfico IV, com todas as produções durante o intervalo dos semestres 2023/1 e 2024/1. Neste gráfico geral das produções de portfólios dos estudantes do curso de Pedagogia, entre os semestres de 2023/1 e 2024/1, percebemos que o tema mais tratado foram as questões de *desigualdade de gênero* (7), seguidos dos estudos das infâncias em dissidência, as *infâncias queer* (5), *abuso infantil* (5) e *corpos* (5), *sexualidades* (4), *masculinidades* (2) e *maternidades* (1).

GRÁFICO IV - TEMAS DOS PORTFÓLIOS ENTRE OS SEMESTRES 2023/1 E 2024/1



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Trago agora os quadros com os trabalhos e temas por semestre, onde fica mais fácil a visualização dos portfólios os que fiz as análises.

No Quadro I, vemos os portfólios referentes ao semestre de 2023/1.

Quadro I - Produções dos portfólios em 2023/1

Título	Tema	Ano/Semestre
Abuso Infantil e Prevenção	Abuso Infantil	2023/1
Prevenção a Violência Sexual Infantil	Abuso Infantil	2023/1
Falta de Equidade de Gênero na Arte	Desigualdade de Gênero	2023/1

Agosto Lilás - Não a Violência Contra Mulher	Desigualdade de Gênero	2023/1
A Invisibilização do Trabalho Doméstico	Desigualdade de Gênero	2023/1
Padrões de Beleza, Pressão Estética e Variedade de Corpos	Corpos	2023/1

Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

No Quadro II, visualizamos as produções de 2023/2, com os títulos e respectivos autores.

Quadro II - Produções dos portfólios em 2023/2

Título	Tema	Ano/Semestre
Conhecendo o Corpo Nos Anos Iniciais	Abuso Infantil	2023/2
Abuso Sexual Infantil: Materiais de Apoio e Conscientização para Famílias e Profissionais da Educação	Abuso Infantil	2023/2
O Fenômeno do OnlyFans e os Reflexos Sobre a Privacidade e a Intimidade	Corpos	2023/2
Desigualdade de Gênero	Desigualdade de Gênero	2023/2
A Mulher Na Ciência	Desigualdade de Gênero	2023/2
Infâncias Queer e o Currículo Escolar	Infâncias Queer	2023/2
Colecionando Recursos Pedagógicos	Infâncias Queer	2023/2

Scripts De Gênero	Infâncias Queer	2023/2
Masculinidade Tóxica	Masculinidades	2023/2
Não Sou Guerreira: as Sobrecargas Maternas	Maternidades	2023/2
Identidades Sexuais e Diversidade Humana	Sexualidades	2023/2

Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Já no Quadro III, são os portfólios de 2024/1 que estão dispostos de forma que visualizamos os títulos, autores e temas.

Quadro III - Produções dos portfólios em 2024/1

Título	Tema	Ano/Semestre
Combate Ao Abuso Sexual Infantil	Abuso Infantil	2024/1
Adultização Precoce e Vaidade Excessiva das Meninas: Quais os Impactos das Redes Sociais?	Corpos	2024/1
Corpos e Padrões Estéticos	Corpos	2024/1
Pessoas Com Deficiência e Sexualidade	Corpos	2024/1
Trabalho de Cuidado e Sobrecarga Feminina	Desigualdade de Gênero	2024/1
Mulheres e Estigma: A Luta Contra os Estereótipos e a Taxação Social	Desigualdade de Gênero	2024/1

A Existência de Infâncias Plurais: As Várias Formas de Viver Os Gêneros na Infância	Infâncias Queer	2024/1
Oficina Com A Família: Diálogos Sobre Gênero e Sexualidade Nos Anos Iniciais	Infâncias Queer	2024/1
Saúde Mental Masculina	Masculinidades	2024/1
LGBTQIA+	Sexualidades	2024/1
Heteronormatividade e Performance do Sujeito: O Que Escapa das Imposições Sociais?	Sexualidades	2024/1
A Cultura Ballroom E As Questões de Gênero e Sexualidade Na Sala de Aula de Matemática	Sexualidades	2024/1

Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

No último quadro, o quadro IV, faço o recorte temático e a descrição que dei aos temas, também está presente no quadro a quantidade total de portfólios analisados neste trabalho.

Quadro IV - Recorte Temático e Descrição

Tema	Descrição	Quantidade
Desigualdade de Gênero	Produções que englobam a desigualdade de gênero e as diferenças de oportunidades, direitos e tratamento entre homens e mulheres devido a normas sociais, culturais e preconceitos que ocorrem em diferentes áreas como o mercado de trabalho, educação, política e direitos legais, onde as mulheres frequentemente enfrentam discriminação e acesso limitado a recursos e posições de poder em relação aos homens.	7
Abuso Infantil	Compreende os trabalhos que tratam das questões de prevenção ao abuso infantil, que são destinados tanto às famílias como às escolas. Aqui estão os trabalhos e propostas onde a criança é convidada a conhecer seu corpo e do outro, assim como seus direitos, visando a prevenção do abuso sexual na infância.	5
Corpos	Trabalhos que tratam sobre os diversos corpos que existem e as formas de padronização sociais que são excludentes e adoecedoras, por esse motivos, pela diversidade de corpos e a pluralidade de formas de existir neles é que o tema está no plural.	5

Infâncias Queer	Produções que tensionam infâncias que não correspondem ao script de gênero, infâncias em dissidência, infâncias queer e suas formas de viver a infância. Trabalhos que direta ou indiretamente tratem de infâncias queer dentro da escola e como trazer isso tanto com as famílias como no contexto escolar.	5
Sexualidades	Portfólios que tensionam as questões de gênero e sexualidade, de heteronormatividade e performance de gênero e questões ligadas à cultura LGBPQIAP+, trabalhos diversos que tratam do assunto tanto na escola como fora dela.	4
Masculinidades	Abrange os trabalhos que tratem especificamente de masculinidades, tanto a questão de masculinidades tóxicas como a ocorrência alta de suicídios entre os corpos masculinizados.	2
Maternidades	Portfólio relacionado diretamente com as questões específicas da maternidade.	1
Total de Produções		29

Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Estas produções nos mostram a pluralidade de temas que podem ser tratados dentro da universidade, dentro de uma disciplina de gênero e sexualidade na educação. Entretanto, acredito que deveria ser um componente curricular desde o começo do curso de Pedagogia e outras licenciaturas, não apenas para o final. Também percebo que o tema das infâncias queer propriamente ditas são quase nulos, mas que ao englobar dentro de outros temas mais gerais, como script de gênero, há uma produção maior, o que mostra ser um bom sinal para estudos futuros dentro da universidade, na formação de professoras/es. A escassez da busca pelo tema pode ser explicada pela própria estrutura heteronormativa em que

os estudantes em sua maioria vivem e raramente são tensionadas, seja dentro da universidade ou outros palcos sociais. Daí, também, a importância de trazer tais tensionamentos com as infâncias dentro das escolas, para que tenham a oportunidade e validação de seus questionamentos enquanto crianças, mas que também possamos pensar nas famílias que buscam respostas sobre seus filhos e pensar a escola e como estar preparada para auxiliar famílias, alunos e professoras/es.

Uma outra razão para a pouca incidência de trabalhos que abordem as infâncias queer, é a própria complexidade dos temas da disciplina e da teoria queer. Possivelmente, se tivéssemos duas disciplinas de gênero e sexualidade na educação - uma introdutória e outra mais ampla para discussões como a teoria queer - esses temas fossem mais recorrentes, visto que os estudantes teriam uma primeira aproximação e poderiam aprofundar as questões de gênero dentro da academia e de suas vidas como um todo.

Estes Temas Transversais poderiam inclusive estar associado a outras disciplinas para que pudessem estar em diálogo com um currículo que se preocupa com as questões de gênero, raça e classe.

Minha aposta é na formação de professoras/es, que trará retornos significativos para a educação brasileira pensando nos contextos já mencionados aqui, e a contribuição dos estudos das infâncias em dissidência, para que possamos ter como possibilidade uma práxis pedagógica na direção da queerização da teoria de currículo.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A práxis pedagógica pensada aqui nesse trabalho de conclusão de curso como possibilidade de ser exercida na escola, através do conceito de queerização da teoria de currículo, se dá, como aposta fundamental desse trabalho, na formação de professoras/es. Entendo que para a garantia dos direitos da infância, previstos no ECA, de viver essa etapa da vida humana com respeito e em seu pleno desenvolvimento, poderá ser garantido, pensando no contexto escolar, caso a escola e aqueles que compõem esse espaço estejam preparados para receber e acolher todas as infâncias, sem discriminações: crianças que vivem em dissidência, crianças racializadas, crianças com deficiência, e todas as formas de infâncias precisam ser respeitadas no currículo, o que propõe a queerização, é usar dessa brecha que o queer traz, essa ruptura, para que todas possam vivenciar esse momento na escola com respeito e com prazer de estar em grupo, em pares. A escola, sobretudo, como espaço queerizado, pensa na proteção contra as violências que possam ocorrer, fora e dentro da escola.

Tensionar com este trabalho, trazer mais brilho ao debate dentro da universidade para que na nossa prática docente, nas escolas, estejamos preparados para o acolhimento das crianças a fim de garantir seu desenvolvimento pleno e em seu tempo e das aprendizagens necessárias para os pequenos.

Este trabalho demonstrou a potência da queerização da teoria de currículo para a construção da práxis pedagógica escolar, analisando trabalhos de uma disciplina de gênero e sexualidade na educação, onde pude discutir e demonstrar a relevância dos estudos de gênero e sexualidade na formação de professoras/es.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. P., **Problemas de gênero [recurso eletrônico]: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 13 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018.

CASTRO, P. A.; *et al.* **Escola em tempos de conexões** – Campina Grande: Realize editora, 2022. 2250 p.: il.; v. 2.

CORAZZA, S. **O que quer um currículo?: pesquisas pós-críticas em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CORTEZE, F. C. **Transversalizando a Norma: entre contos infantis, marcas das diferenças e atuação de professoras/es**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

MENDES, Mônica M. (org.) **A práxis psicopedagógica brasileira**. São Paulo: ABPp, 1994.

OLIVEIRA, I. B. **Alternativas emancipatórias em currículo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Série cultura, memória e currículo; v. 4)

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação**. Estudos Feministas. Florianópolis, v. 9, n. 2, jan 2001.

RANNIERY, Thiago. **Ecoar o Possível: do currículo queer a queerização da teoria de currículo.** Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste, 9 (21): 27-44, setembro a dezembro de 2022.

SILVA, João Paulo de Lorena. **INFÂNCIAS QUEER NOS ENTRE-LUGARES DE UM CURRÍCULO: a invenção de modos de vida transviados.** Belo Horizonte, 2018.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo.** 2.ed., 11º reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VALENTE, B. T.; FAVARO, N. de A. L. G.; SEMZEZEM, P.; PIZOLI, R. de C.; GARCIA, D. I. B. **Rousseau and his liberal education project.** Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e4009108793, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.8793. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8793>> Acesso em: 10 dez. 2024.